

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA CONCURSO PÚBLICO NÍVEL SUPERIOR

Cargo 3: Comissário de Vigilância da Infância e Juventude



CADERNO DE PROVAS BRANCO

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

Aplicação: 20/2/2005

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber a sua folha de respostas, marque, imediatamente, no item zero, o tipo de caderno de provas que você recebeu (BRANCO ou ROXO), conforme modelo ao lado. Esta marcação é obrigatória e a sua ausência ou a marcação de mais de um campo implicará a anulação das suas provas.
- 2 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

Item	Resposta
0	<input checked="" type="radio"/> BRANCO <input type="radio"/> ROXO

AGENDA

- I **21/2/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **22 e 23/2/2005** – Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III **22/3/2005** – Resultados finais das provas objetivas e do concurso: Diário do Poder Judiciário do Estado da Bahia e locais mencionados no item I.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1/2004.
- Informações adicionais: telefone 0((XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Não há dúvida de que, no início do século XXI, os
Estados Unidos da América chegaram mais perto do que
nunca da possibilidade de constituição de um “império
4 mundial”. Mas, se o mundo chegasse a esse ponto e
constituísse um império global, isso significaria — ao mesmo
tempo e por definição — o fim do sistema político
7 interestatal. E o mais provável, do ponto de vista econômico,
é que tal transformação viesse a significar também o fim do
capitalismo. Em uma linguagem mais próxima da física e da
10 termodinâmica do que da dialética hegeliana, pode-se dizer
que a expansão do poder global na direção do império
mundial é, ao mesmo tempo, uma força que levaria o sistema
13 mundial à entropia, ao provocar sua homogeneização interna
e o desaparecimento das hierarquias e conflitos responsáveis
pelo dinamismo e pela ordem do próprio sistema.

José Luís Fiori. *Correio Braziliense*, 25/12/2004 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 O emprego da preposição “de” em “Não há dúvida de que” (l.1) justifica-se pela regência da forma verbal “há”.
- 2 Como na seqüência há um complemento oracional, a omissão da preposição “de” em “Não há dúvida de que” (l.1) também estaria de acordo com as exigências da norma escrita culta.
- 3 Como o primeiro período do texto apresenta idéia relativa a um único país, o emprego do verbo **chegar** no singular — **chegou** — estaria de acordo com as exigências de concordância da norma escrita culta, sem necessidade de outras alterações no texto.
- 4 Mantêm-se a correção gramatical do período e as informações originais do texto ao se eliminar a palavra sublinhada em “mais perto do que nunca” (l.2-3).
- 5 O emprego do futuro do pretérito em “significaria” (l.5) é decorrente do emprego de estrutura antecedente que tem valor condicional, formada por verbo no imperfeito do subjuntivo.
- 6 Pelos sentidos do texto, é correto inferir que a palavra “entropia” (l.13) está sendo empregada com o significado de **equilíbrio, organização**.
- 7 Para o trecho “que levaria (...) à entropia” (l.12-13), estaria também de acordo com as exigências da norma escrita culta qualquer uma das seguintes reescrituras: que levaria a entropia ao sistema mundial, que levaria à entropia o sistema mundial, que iria levar o sistema mundial à entropia.
- 8 Infere-se das informações e dos sentidos do texto que o dinamismo e a ordem do sistema político interestatal em vigor atualmente no mundo podem prescindir de hierarquias e conflitos.

1 Quase todas as grandes potências já foram
colonialistas e anticolonialistas, pacifistas e belicistas,
liberais e mercantilistas, e quase todas elas, além disso, já
4 mudaram de posição várias vezes ao longo da história. Nesse
contexto, as previsões, liberais ou marxistas, do fim dos
estados ou das economias nacionais, ou mesmo da formação
7 de algum tipo de federação cosmopolita e pacífica, são
utopias, com toda a dignidade das utopias que partem de
argumentos éticos e expectativas generosas, mas são idéias
10 ou projetos que não têm nenhum apoio objetivo na análise da
lógica e da história passada do sistema mundial. Apesar de
tudo isso, é possível identificar através da história a
13 existência de forças que atuam na direção contrária do poder
global e do império mundial. Forças que impediram — até
agora — que esse processo de centralização do poder
16 chegasse até o seu limite imperial, o que provocaria a
dissolução do sistema político e econômico mundial.

Idem, *Ibidem*.

Com referência às idéias e estruturas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 9 A expressão “Nesse contexto” (l.4-5) é um elemento de coesão textual, pois retoma de forma sintética todas as informações do período anterior.
- 10 A inserção de uma vírgula logo após a expressão “dignidade das utopias” (l.8) mantém as mesmas relações sintáticas e a informação original do período.
- 11 Pelas informações do texto, estaria gramaticalmente correta e de acordo com as idéias do texto a substituição do trecho “expectativas generosas, mas são idéias” (l.9) por: expectativas generosas. Entretanto, essas previsões são idéias.
- 12 Nas linhas 10 e 11, pela presença das preposições, é correto afirmar que os elementos “da lógica”, “da história passada” e “do sistema mundial” têm a mesma função sintática no período, pois complementam a palavra “análise”.
- 13 Mantém-se a ênfase da afirmação, sem prejuízo para a correção gramatical do período, se as duas ocorrências da forma “do” nas linhas 13 e 14 forem substituídas por **em relação ao**.
- 14 No início do último período do texto, substituir “Forças” por **São essas forças** constitui alternativa gramaticalmente incorreta para o período, porque prejudica a coesão textual.
- 15 Na linha 16, o emprego do futuro do pretérito em “provocaria” justifica-se pelo emprego do subjuntivo em “chegasse” e admite como gramaticalmente correta a substituição pela forma **teria provocado** ou por **iria provocar**.

1 A responsabilidade política do Poder Judiciário no
MERCOSUL é nítida nesta quadra. Precisamos, portanto,
com absoluta transparência, discutir e verificar como as
4 nossas instituições jurídicas estão desenhadas. A justiça
brasileira ainda está presa às concepções autonômicas do
século XIX, e, por isso, o tratado internacional tem
7 sido considerado norma de natureza ordinária, e,
conseqüentemente, é sujeito à modificação, à revogação e à
alteração por qualquer legislação ordinária, sem qualquer
10 audiência dos organismos internacionais e dos países que
foram co-participantes da elaboração de um tratado, seja ele
de qualquer natureza: comercial, civil, tributária.

Internet: <http://www.stf.gov.br/noticias/imprensa/palavra_dos_ministros> (com adaptações).

Acerca do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 16 Na linha 5, estaria gramaticalmente correta a preferência pela estrutura **presa a concepções**, em que é omitido o artigo feminino plural, com a permanência da preposição.
- 17 Os 3 sinais indicativos de crase empregados à linha 8 têm justificativas diferentes, e dois deles podem ser omitidos sem prejuízo para a correção gramatical do período.

Considerando que os fragmentos incluídos nos itens seguintes, na ordem em que estão apresentados, são partes sucessivas de um texto, julgue-os quanto à correção gramatical.

- 18 Uma das causas do congestionamento do sistema judiciário reside na legislação processual que, de tão ultrapassada, enseja recursos inimagináveis em qualquer outro sistema.
- 19 A multiplicidade de manifestações de insurgência contra toda e qualquer disposição judicial, com invocação das garantias constitucionais de ampla defesa e devido processo, fazem com que o exame do mérito das causas seja adiado quase que indefinidamente.
- 20 Sucede-se na comarca os juízes e nos tribunais os relatores de modo que, sobre uma única demanda, várias gerações de magistrados se devam debruçar, reiniciando — como se espera — o estudo do feito desde sua página inicial.

Itens adaptados. Internet: <<http://www.stf.gov.br>>.



A figura acima ilustra uma janela do Word 2002 contendo um documento em edição com informações que foram extraídas do sítio <http://www.bahia.com.br>. Considerando essa figura, julgue os itens subsequentes, acerca do Word 2002.

- 21 No trecho de documento mostrado, o posicionamento da figura de forma sobreposta a um parágrafo foi possível devido ao fato de esse documento estar definido com o estilo de parágrafo **Título 1**.
- 22 Observa-se na janela ilustrada que o texto mais próximo do lado direito da figura está alinhado com relação a esse lado da figura. Caso se deseje alinhar o texto localizado no lado esquerdo da figura com relação a esse lado da figura, sem alterar o alinhamento existente à direita, é suficiente clicar sobre “tradição” e, em seguida, clicar .
- 23 Considere que o documento em edição seja salvo em disquete de 3½" e que, em outra sessão de uso do Word 2002, ao se tentar abrir esse documento, ocorra erro de leitura por dano do arquivo correspondente. Nessa situação, é possível a recuperação do arquivo danificado por meio de opção encontrada no menu **Ferramentas**.

24 Considere a realização do seguinte procedimento: clicar a figura mostrada no documento em edição; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **X**, liberar a tecla **Ctrl**. Após esse procedimento, é possível que o documento em edição fique alterado para a forma mostrada na figura a seguir.



25 Por meio de opção encontrada no menu **Arquivo**, é possível abrir o documento ativo em uma janela do aplicativo PowerPoint 2002, na qual se poderá criar uma apresentação a partir do conteúdo do documento.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do PowerPoint 2002 na qual é mostrado um *slide* em elaboração contendo texto e gráfico, julgue o item a seguir.

26 A estrutura desse *slide* pode ter sido definida por meio da opção Layout do slide, encontrada no menu **Formatar**.

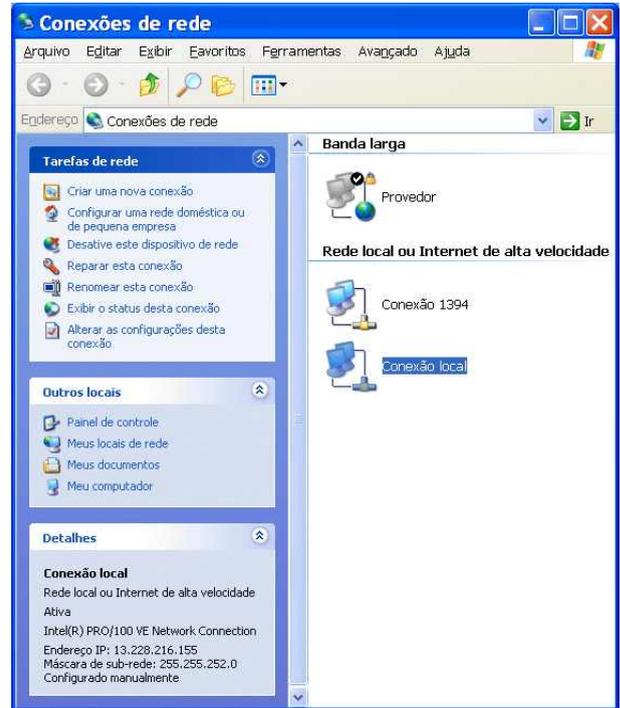


Figura I

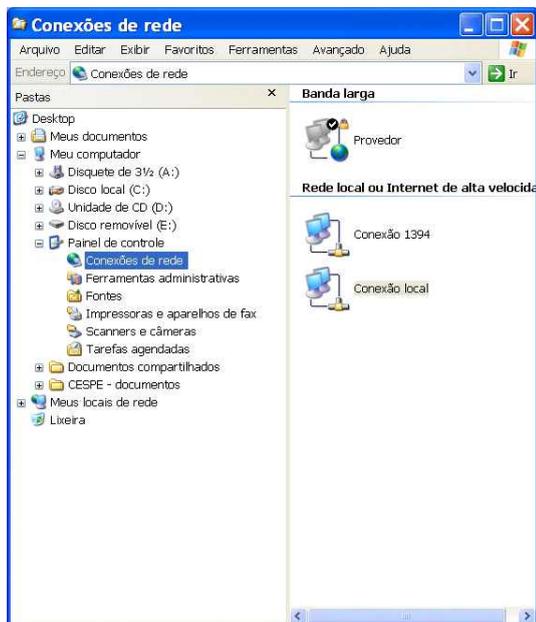


Figura II

Considere que as janelas do Windows XP ilustradas nas figuras I e II acima estejam em execução em um computador do tipo PC. A partir dessas informações, julgue os itens seguintes, sabendo que a janela ilustrada na figura I é a janela ativa no computador.

27 As informações apresentadas na figura I são insuficientes para concluir se o computador dispõe de recursos de *modem* para acessar a Internet por meio de uma conexão ADSL.

- 28 Ao se clicar  e, em seguida, no *submenu* Barras de ferramentas, do *menu* Exibir, clicar a opção Botões padrão, é possível que a janela ilustrada na figura I se transforme na janela ilustrada a seguir.



- 29 Por ser equipado com processador Pentium® 4, é correto concluir que o computador no qual as janelas ilustradas estão em execução dispõe de recursos intrínsecos que dispensam o uso de memória ROM. Esses recursos permitem que o Windows XP recupere um estado de operação anterior a uma falha do sistema, fazendo uso desse tipo de *hardware* e da memória RAM instalada.

	A	B
1	Valor da causa, em R\$	Custas a pagar, em R\$
2	Até 46,99	7,37
3	De 47 a 70,59	11,05
4	De 70,6 a 156,63	14,74
5	De 156,64 a 313,25	18,42
6	De 313,26 a 626,5	29,49
7		
8		

Considerando a figura acima, que ilustra uma planilha em elaboração em uma janela do Excel 2002, julgue os itens seguintes.

- 30 Sabendo que a célula A1 contém comentário, é correto afirmar que foi usada para inserir tal comentário uma das opções existentes na lista que resulta ao se clicar o *menu* Inserir.

- 31 Para se formatar com duas casas decimais todos os valores em reais contidos nas células de A2 a A6, é suficiente selecionar as referidas células; clicar a opção Células no *menu* Formatar; definir, na janela disponibilizada, a formatação desejada e, em seguida, clicar OK.

A tecnologia de telefonia via Internet, conhecida como VoIP, sigla em inglês para voz sobre protocolo da Internet, possível graças a diversos avanços tecnológicos, entre os quais o desenvolvimento de técnicas de compressão e digitalização de voz, permite que usuários de computadores ligados à Web em banda larga possam fazer ligações telefônicas a um preço que é frações do que cobram companhias telefônicas convencionais. Em alguns casos, conversar via Internet pode custar 20% de uma ligação convencional.

No Brasil, o uso do VoIP concentra-se ainda no mundo corporativo. Estima-se que uma em cada quatro grandes companhias brasileiras já usa o sistema. O avanço doméstico do serviço é lento no país por causa da baixa penetração de banda larga nos lares brasileiros: com apenas 2,7% das residências servidas por banda larga, o mercado brasileiro de telefonia via Internet ainda é incipiente. Mas a previsão dos analistas é que em 2005 o VoIP se tornará no Brasil uma segunda opção de telefonia fixa — e móvel, através de *laptops* ligados a redes sem fio de Internet disponíveis nos principais aeroportos brasileiros, hotéis e restaurantes. Foi-se o tempo dos serviços embasados em ligações locais e interurbanas. Eles se tornaram irrelevantes. A Internet e os aparelhos sem fio já alteraram para sempre a forma como as pessoas se comunicam.

Veja, 9/2/2005 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 32 A expressão “voz sobre protocolo da Internet” refere-se à transmissão de voz utilizando-se o protocolo IP (*internet protocol*), que é necessário para a “compressão e digitalização de voz”, dividindo as informações de voz que devem ser transmitidas em pacotes e reagrupando esses pacotes no local de destino da informação.
- 33 A tecnologia de conexão à Internet denominada ADSL é capaz de providenciar, entre as instalações do usuário e o provedor de acesso à Internet, os recursos de largura de banda mencionados no texto, necessários ao estabelecimento de VoIP.
- 34 Para que haja maior “penetração de banda larga nos lares brasileiros”, é necessário que a tecnologia de fibra óptica esteja disponível para o acesso à Internet nas residências dos usuários.
- 35 O trecho de texto “redes sem fio de Internet” pode referir-se, atualmente, às redes WLAN 802.11, que permitem taxas de transmissão condizentes às necessidades de largura de banda do serviço de VoIP.

No século XX, a fonte dominante de energia primária no mundo passou do carvão para o petróleo. No início deste século, vemos que o gás natural começa a substituir o petróleo. E depois, qual será a energia dominante? Hoje, estamos exaurindo as reservas fósseis que levaram milhões de anos para se acumularem e que, por enquanto, são fáceis de serem extraídas. Há, porém, fortes indícios de que a curva de produção de petróleo está próxima de atingir o seu máximo. A cada ano, será mais difícil encontrar e extrair petróleo.

O petróleo ficará cada vez mais oscilante em seu preço internacional. Isso porque é sempre maior a dependência do mundo à produção nas maiores reservas, situadas na área entre o Golfo Pérsico e o Mar Cáspio. A instabilidade política crescente na região parece não ter solução no curto prazo, o que volatiliza ainda mais os preços. A culpa da instabilidade política é tanto dos regimes autoritários e teocráticos dominantes na região como das nefastas intervenções políticas e militares dos países ocidentais.

Juan José Verdesio. *Como garantir fontes renováveis no século XXI. In: UnB Revista*, ano V, n.º 10, set./out./nov./2004, p. 35 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando as múltiplas implicações do tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

- 36 O texto reitera a importância estratégica do petróleo para a economia contemporânea, razão por que esse produto exerce significativa influência política nos rumos do mundo.
- 37 A crescente demanda por petróleo também se explica pela arrancada desenvolvimentista protagonizada por alguns países na atualidade, entre os quais Índia e, especialmente, China seriam exemplos marcantes.
- 38 A inexistência de alternativas energéticas ao petróleo torna ainda mais sombria a perspectiva para o futuro, quando — diz o texto — estiverem exauridas “as reservas fósseis que levaram milhões de anos para se acumularem”.
- 39 Há consenso, na atualidade, de que a extrema dependência do Brasil ao petróleo importado é um dos grandes fatores que inibem o pleno desenvolvimento do país.
- 40 As oscilações do preço do petróleo no mercado internacional são determinadas, como o texto deixa transparecer, pela lei da oferta e da procura, nelas não influenciando crises ou eventuais instabilidades políticas.
- 41 Embora não o afirme explicitamente, o texto dá a entender que a substituição da liderança palestina, após a morte de Yasser Arafat, prenuncia rápido encaminhamento para a paz na região.
- 42 As eleições de janeiro de 2005 na Palestina comprovam que os padrões democráticos ocidentais chegaram ao Oriente Médio e modificaram a face autoritária e teocrática dos países árabes.

- 43 Exemplo claro de “intervenções políticas e militares dos países ocidentais” no Oriente Médio, classificadas de “nefastas” pelo texto, foi a invasão do Iraque pela coalizão comandada pelos Estados Unidos da América, que culminou na deposição e posterior prisão de Saddam Hussein.
- 44 No conflagrado Oriente Médio, o Estado de Israel é uma exceção: a despeito das diversas guerras das quais participou, mantém-se de pé sem que para tanto tenha de fazer qualquer tipo de aliança política e militar com potências ocidentais.

Nem o “Sul maravilha” nem um Nordeste infértil. Diagnóstico realizado pelo Ministério da Integração Nacional derruba mitos e aponta para uma nova geografia brasileira, em que as áreas de estagnação e de promessa de desenvolvimento não se encontram sempre nas regiões esperadas. As dinâmicas demográficas e de crescimento do produto interno bruto (PIB) indicam que, além de estar ocorrendo uma lenta interiorização da população nas últimas duas décadas, identificam-se áreas economicamente promissoras em regiões tidas como infecundas e outras, em estado de inércia ou decadência, presentes em regiões tradicionalmente consideradas ricas e desenvolvidas.

Jornal do Brasil, 10/1/2005, p. A3 (com adaptações).

Tendo o texto acima como ponto de partida para a análise do atual cenário econômico e social brasileiro, julgue os itens subsequentes.

- 45 É bastante provável que a expansão da agroindústria, como é o caso do complexo de produção associado à soja, seja um dos principais determinantes para a “nova geografia brasileira” apontada no texto.
- 46 O agronegócio constitui, na atualidade, um dos mais dinâmicos setores da economia brasileira, com crescente participação na pauta de exportações do país.
- 47 Apesar das transformações em curso, identificadas no texto, ainda hoje verifica-se um adensamento populacional em áreas próximas ao litoral, reflexo do processo histórico de ocupação do território brasileiro desde o início da colonização.
- 48 Na atualidade, é visível o aumento da população em torno de pólos de desenvolvimento, como Brasília e Petrolina-Juazeiro, bem como nas imediações de eixos de expansão econômica e demográfica, como os existentes, por exemplo, nos estados da Bahia, de Mato Grosso e do Tocantins (Palmas).
- 49 No Brasil, de uma forma geral, o Centro-Sul apresenta as taxas mais elevadas de alfabetização e de tempo de escolaridade de sua população, o que normalmente se reflete no desempenho econômico.
- 50 Infere-se do texto que, na atualidade, as maiores taxas de urbanização do Brasil estão presentes na região nordestina, o que se explica pelos pólos de desenvolvimento que se multiplicam pelo interior de seus estados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando a Constituição Federal e a Constituição do Estado da Bahia, julgue os itens a seguir, acerca dos direitos e obrigações dos servidores públicos em geral.

- 51 Segundo a Constituição do Estado da Bahia, há uma instância colegiada administrativa para dirimir controvérsias entre o estado e seus servidores públicos. Portanto, o servidor que se sentir lesado por ato da administração pública não pode impetrar ação judicial para defesa de seu direito violado até que se esgotem todas as vias administrativas.
- 52 No estado da Bahia, cidadão brasileiro com mais de 65 anos de idade não pode ingressar no serviço público por meio de concurso, podendo somente ser nomeado em cargo comissionado.
- 53 No estado da Bahia, ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- 54 É anulável o edital de concurso público, realizado por município do estado da Bahia, que não assegure ao aprovado, na ordem de classificação, prioridade de escolha do local ou setor para o exercício da função.
- 55 As remunerações dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) somente poderão ser fixadas ou alteradas por lei específica, observada a iniciativa privativa do governador do estado.
- 56 Mesmo que preservado o interesse público, o servidor não pode promover reunião ou manifestação no local de trabalho.
- 57 O servidor público civil tem direito a licença não-remunerada para tratamento de interesse particular, porém esse direito é limitado pela conveniência e oportunidade da administração pública.
- 58 Em qualquer hipótese, é vedado o exercício, pelo servidor, de função não correspondente ao cargo que ocupa.

Foi realizado concurso público para preenchimento de vagas em determinado cargo do quadro de pessoal do TJBA. A entidade responsável pelo concurso enviou ao tribunal a relação final dos aprovados, pela ordem de classificação, contendo dez nomes.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 59 Considere que o edital anunciava que o concurso visava o preenchimento de três vagas já existentes para o cargo. Nesse caso, os três primeiros colocados têm direito de ser nomeados e empossados antes de expirado o prazo de validade do concurso.
- 60 Tendo o tribunal de justiça empossado todos os dez aprovados no concurso na mesma data, a ordem de classificação garante prioridade para nomeação em função de confiança.

- 61 Supondo que tenha havido empate no concurso público citado, terá preferência, necessariamente, o candidato que contar mais tempo de serviço prestado ao estado da Bahia.
- 62 Após a nomeação do servidor, se a posse não ocorrer dentro do prazo legal, o ato de nomeação será desfeito. Se, após tomar posse, o servidor não entrar em exercício, será exonerado de ofício.

Em 15/4/2001, João Carlos, servidor estável da prefeitura de Salvador, no exercício de suas funções, teria praticado ato lesivo ao erário. Em setembro de 2004, mês em que o fato veio a conhecimento público, o Ministério Público denunciou João Carlos por crime contra a administração pública e, por ordem da autoridade competente, foi instaurada sindicância para apurar os fatos.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- 63 Se a comissão sindicante concluir por fato sujeito a pena de suspensão por 20 dias, essa pena pode ser aplicada sem a instauração de processo disciplinar.
- 64 A comissão sindicante deve ser composta por três membros, necessariamente servidores estáveis.
- 65 Concluindo pela instauração de processo disciplinar, o presidente da comissão sindicante deve instaurá-lo mediante publicação da respectiva portaria.
- 66 Instaurado processo disciplinar, a comissão responsável pela condução desse processo só pode deliberar com a presença da maioria absoluta de seus membros.
- 67 Se a ação penal intentada pelo Ministério Público concluir pela absolvição do acusado, por inexistência do fato criminoso atribuído ao réu, essa sentença criminal terá necessariamente efeito na instância administrativa.
- 68 Aplicada ao servidor a pena de suspensão por 60 dias, a autoridade deve declarar extinta a punibilidade pela prescrição, determinando o registro dos fatos nos assentamentos individuais do servidor.

A respeito da proteção da família, da criança e do adolescente, julgue os itens que se seguem.

- 69 A guarda de uma criança pode ser revogada a qualquer tempo, enquanto a adoção é irrevogável.
- 70 Nos termos da lei civil, na ocasião do deferimento de tutela, o tutelado deve ter, no máximo, 21 anos de idade incompletos.
- 71 Casal que vive em união estável não pode adotar menor de 12 anos de idade.
- 72 Inscrita mediante mandado a adoção no registro civil, a critério da autoridade judiciária, pode ser fornecida certidão com observação sobre a origem do ato, para salvaguarda de direitos.

Com relação à autorização para menor viajar, julgue os itens a seguir.

- 73 O comissário de vigilância da infância e juventude pode fornecer autorização para que a criança possa viajar para fora da comarca onde reside desacompanhada dos pais ou responsável.
- 74 A autorização judicial para menor viajar desacompanhado não pode ter prazo de validade maior que 1 mês.
- 75 Para viajar ao exterior, o menor acompanhado por um dos pais deve, obrigatoriamente, estar autorizado de forma expressa pelo outro, por meio de documento com firma reconhecida.

Quanto a medidas de proteção a menores e adolescentes, julgue os itens seguintes.

- 76 A função de membro do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente é considerada de interesse público relevante, e lei municipal deve dispor sobre a eventual remuneração de seus membros.
- 77 As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente forem ameaçados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
- 78 A internação de menor pode ser feita por prazo determinado, desde que não ultrapasse três anos.
- 79 A incomunicabilidade de menor internado somente pode ser aplicada provisoriamente pela autoridade judiciária quando existirem motivos sérios e fundamentados de prejudicialidade aos interesses do adolescente.

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens seguintes.

- 80 O encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família é medida aplicável aos pais do menor ou a seu responsável.
- 81 Atualmente, no direito brasileiro, divulgar pela Internet fotografias pornográficas envolvendo criança ou adolescente é crime.

Acerca das varas e juízes da infância e da juventude, julgue os itens a seguir.

- 82 A autoridade judiciária pode decretar a suspensão do poder familiar por medida liminar ou incidental.
- 83 A justiça da infância e da juventude é competente para aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou ao adolescente.
- 84 O primeiro critério para determinação da competência do juiz da infância e da juventude é o domicílio de residência dos pais ou responsável.
- 85 A competência para conhecer pedidos de guarda e tutela é normalmente das varas de família, mas, em casos excepcionais descritos em lei, a competência é da vara da infância e da juventude.

Considerando a Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia (LOJEB), julgue os itens seguintes.

- 86 O território do estado da Bahia, para fins da administração da justiça, divide-se em distritos judiciários, constituídos de uma ou mais comarcas.
- 87 É requisito indispensável à instalação de uma comarca, nos termos da LOJEB, que os cargos de juiz, de promotor e de serventuário da justiça sejam precedentemente providos.
- 88 Considere que, em uma representação contra serventuário da justiça de comarca da Bahia o corregedor-geral da justiça declarou-se impedido para julgá-la, tendo em vista ser o representado seu filho. Nessa situação, TJBA deverá designar um desembargador para o julgamento do feito.
- 89 O corregedor-geral da justiça poderá designar um ou mais juízes titulares, ou das varas de substituição, para auxiliá-lo, temporariamente, nas diligências a que tiver de proceder nas comarcas do interior.
- 90 Considere a seguinte situação hipotética.
Um oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais de determinado distrito judiciário procedeu a habilitação para o casamento de nubentes não-residentes em sua respectiva divisão administrativa, mas domiciliados na mesma comarca a que integra.
Nessa situação, o ato praticado pelo oficial é nulo de pleno direito.
- 91 Suponha que Mateus, escrivão, seja irmão de Gabriel, subescrivão. Nesse caso, em razão do parentesco, Mateus e Gabriel não poderão exercer suas funções na mesma comarca, mesmo que as serventias sejam de varas distintas.
- 92 No gozo de férias anuais de determinado serventuário da justiça de comarca do interior do estado-se, este deverá ser substituído por outro serventuário, detentor das mesmas atribuições, mediante designação do juiz competente.
- 93 Os serventuários da justiça do estado da Bahia poderão ser punidos com as penalidades de advertência, suspensão, multa, censura ou demissão quando cometerem infrações.
- 94 Considere a seguinte situação hipotética.
Um avaliador judicial agiu com negligência no exercício de seu ofício, causou danos a terceiros e recebeu emolumentos indevidamente.
Nessa situação, em razão de sua conduta, o avaliador somente poderá ser punido com advertência e reparação dos danos causados.
- 95 Se determinada escrivã do TJBA se negar a lavrar competente recibo de pagamento de custas judiciais, poderá ser suspensa, por prazo não-superior a trinta dias.

Julgue os itens a seguir, relacionados à organização judiciária do estado da Bahia.

- 96 Dois municípios, que não possuem divisas contíguas, poderão ser agrupados em comarcas, em observância ao princípio da continuidade territorial.

- 97 Na comarca de Salvador, a direção e a fiscalização dos serviços de avaliação, depósito e guarda de bens e valores serão exercidas pelo corregedor-geral da justiça.
- 98 Suponha que Roberto, serventuário da justiça, pratique infração punível com pena de suspensão e que, anteriormente, jamais tenha sido advertido. Nessa situação, Roberto deverá ser punido com advertência, por ser penalidade menos severa e, em caso de reincidência, poderá ser punido com suspensão.
- 99 São infrações puníveis com a pena de demissão a transgressão internacional a proibição legal, o abandono do cargo e a indisciplina ou insubordinação reiterada.
- 100 Considere a seguinte situação hipotética.
- Cláudio, oficial de justiça de determinada comarca, era contumaz no ato de recebimento de propinas de partes interessadas nas ações judiciais de sua competência. Após regular procedimento administrativo disciplinar, a autoridade competente decidiu pela pena de demissão.
- Nessa situação, no ato de demissão de Cláudio deverá constar a cláusula a bem do serviço público.

Considerando a Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia (LOJEB), julgue os itens que seguem.

- 101 Considere que uma comarca do estado da Bahia, classificada como de primeira entrância, teve, no ano de 2004, movimentação forense de 450 feitos de jurisdição contenciosa. Nesse caso, a referida comarca passará em 2005, automaticamente, a ser classificada como de segunda entrância, independentemente de disposição normativa.
- 102 Considere que o TJBA, em caráter excepcional e no interesse da administração judiciária, por deliberação da maioria de seus membros, propôs à Assembléia Legislativa Estadual a criação de uma comarca, a ser classificada como de terceira entrância, a qual possui extensão territorial inferior a 500 quilômetros quadrados. Nesse contexto, é correto concluir que a iniciativa do tribunal é inválida, pois o território definido para o estabelecimento da comarca não atende ao requisito mínimo, previsto na LOJEB.
- 103 A inexistência de cadeia pública em determinada extensão territorial do estado da Bahia inviabiliza a instalação de comarca nessa localidade, pois a existência de cadeia pública, com condições suficientes de higiene e segurança, é requisito essencial para a referida instalação.
- 104 Considere que Alberto, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, requereu ao corregedor-geral da justiça a instauração de processo para a apuração de incapacidade moral de serventuário da justiça. Todavia, o corregedor-geral não recebeu o referido requerimento, com base na assertiva de que a competência para julgamento desse feito era do Conselho da Magistratura, sendo, portanto, esse o órgão para o qual deveria ter sido destinado o pedido. Nessa situação, nos termos da LOJEB, Alberto agiu acertadamente.

- 105 A ausência de inspeção do corregedor-geral da justiça na localidade onde será criada uma comarca não impede a sua instalação, pois a demonstração da existência dos requisitos essenciais poderá ser feita por documentos ou qualquer outro meio de prova.
- 106 O corregedor-geral da justiça é competente para receber, processar e julgar as representações contra serventuários da justiça. Tanto a instrução quanto o julgamento de tais processos são competências privativas, que não podem ser delegadas a juízes de direito.
- 107 Considere que um escrivão dos feitos cíveis de uma comarca da Bahia está sendo acusado da prática de crime contra a administração pública, tendo sido instaurada a pertinente ação penal. Nesse contexto, como medida cautelar, o corregedor-geral de justiça poderá determinar o afastamento do referido serventuário da justiça.
- 108 Considere que João, juiz de direito de uma comarca da Bahia, foi submetido a processo disciplinar, instaurado pelo TJBA, para apuração de faltas funcionais. Nessa situação, nos termos da LOJEB, a competência para julgamento do feito é do corregedor-geral da justiça, com recurso voluntário para o Conselho da Magistratura.
- 109 O provimento dos cargos de serventuários da justiça deve ser feito por concurso regulamentado pela Corregedoria-geral da Justiça. Entretanto, nos ofícios e serventias não-oficializados, havendo autorização expressa do corregedor-geral e do secretário da justiça, as funções de escrevente de cartório serão exercidas por servidores admitidos pelos respectivos titulares e à sua custa, mediante contrato escrito, sem qualquer responsabilidade para o Estado.
- 110 A locomoção do corregedor-geral da justiça para comarca ou distrito, seja para apuração de fatos relativos à administração da justiça, seja para regularização dos serviços judiciários, dependerá sempre de autorização do tribunal ou do Conselho da Magistratura.
- 111 Considere que determinada comarca do estado da Bahia, classificada como de primeira entrância, teve, por dois anos consecutivos, movimentação forense, de jurisdição contenciosa, inferior à exigida na LOJEB. Nesse caso, poderá o TJBA propor à Assembléia Legislativa a extinção da respectiva comarca.
- 112 Considere que um oficial de justiça de uma comarca da Bahia requereu licença de 90 dias para tratar de assuntos particulares. Nesse caso, de acordo com a LOJEB, compete ao corregedor-geral da justiça analisar esse pedido.
- 113 De acordo com a LOJEB, haverá, nas sedes das comarcas de primeira e segunda entrâncias, o mesmo número de ofícios; todavia, nas comarcas de segunda entrância, em cada um dos ofícios servirá um escrevente de cartório.
- 114 Considere que um serventuário da justiça da Comarca de Salvador – BA faça jus a férias anuais remuneradas de 30 dias. Nesse caso, o gozo das férias poderá ser fracionado em dois períodos, sendo que nenhum deles poderá ser inferior a 10 dias, em conformidade com escala anual, organizada pelo juiz diretor do fórum.

- | | |
|---|---|
| <p>115 Considere que Fábio, oficial do registro de imóveis, pretende candidatar-se, nas próximas eleições, ao cargo de deputado federal. Nesse caso, Fábio será considerado em regime de licença especial desde a data do registro de sua candidatura na justiça eleitoral, e esse afastamento se estenderá até 10 dias após a data da eleição.</p> <p>116 Considere que Gustavo, serventuário da justiça, seja avaliador em determinada ação judicial em que figure como autor. Nessa situação, o réu poderá requerer a declaração de suspeição de Gustavo, em petição fundamentada e devidamente instruída, na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos.</p> <p>117 Poderá ser censurado, por escrito, mediante publicação no Diário da Justiça, serventuário da justiça que deixe de cumprir com suas atribuições funcionais.</p> | <p>118 Considere que juiz de direito de determinada comarca tome conhecimento de falta funcional cometida por oficial de justiça que atue em feitos de sua competência. Nessa situação, o juiz de direito deverá comunicar o feito ao corregedor-geral da justiça para que este tome as medidas cabíveis.</p> <p>119 Considere que um escrevente de cartório, aproveitando-se de sua situação de serventuário da justiça, pratique crime de peculato, e que a autoridade judiciária competente leve a efeito a instauração de processo administrativo, a fim de apurar a prática do crime cometido. Nesse caso, instalado o processo administrativo, o escrevente disporá do prazo de 10 dias, a contar da respectiva notificação, para apresentar prévia defesa.</p> <p>120 Considere que Mariana, comissária de vigilância da comarca de Conceição do Jacuípe – BA, tenha sido arrolada como testemunha em processo administrativo disciplinar que se processa perante a comarca de Correntina – BA. Nesse caso, Mariana deverá ser requisitada ao chefe de serviço respectivo da comarca de Conceição do Jacuípe – BA.</p> |
|---|---|

